



**PARECER N. 181/2018 – ASSEJUR/ADM**

**Proc. nº** : 2908/2018-93  
**Requerente** : Diretoria de Comunicação  
**Assunto** : Análise do Edital do Pregão Presencial – SRP – Nº 033/2018.

Trata-se de análise dos aspectos jurídicos relativos à abertura do Pregão Presencial – SRP – Nº 033/2018, que objetiva o registro de preços para a contratação de empresa especializada em produção e reprodução de material gráfico a ser utilizado em atividades educativas e de divulgação do MPAC.

O procedimento administrativo interno se encontra instruído com os documentos essenciais ao regular processamento da licitação, dentre eles: **I** – solicitação da abertura do procedimento pelo setor demandante (fls. 02, 16); **II** – pesquisa de interesse e levantamento de preços (fls. 76/109 e 120/125); **III** – Termo de Referência, contendo a justificativa detalhada da aquisição, bem como descrição completa e minuciosa do objeto (fls. 127/141); e **IV** – autorização para a abertura de licitação, conferida pela autoridade superior (fl. 143).

**É o relatório.**

Quanto à formalização do processo, nota-se que foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em sintonia com o disposto no **art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93**.

Pela descrição do objeto e pela justificativa para sua contratação, apresentada no Termo de Referência – previamente aprovado pela Diretoria de Controle Interno às fls. 154/155 –, conclui-se que a pretendida licitação não assinala qualquer desvio de finalidade.

A modalidade escolhida foi o **Pregão Presencial** (prevista na Lei nº 10.520/02), que aparenta ser perfeitamente cabível e mais vantajosa para a Administração Pública, em razão da competitividade de preços e por possibilitar uma margem ampla de interessados.



Somando-se a isso, verifica-se que a licitação será processada por meio do **Sistema de Registro de Preços** (regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/93), tal como assevera o **art. 15, inc. II, da Lei nº 8.666/93**. A utilização desse instituto interessa à Administração por garantir preços mais vantajosos ao longo da vigência da **Ata de Registro de Preços**, evita o fracionamento de despesa e permite a aquisição de bens e serviços de acordo com sua necessidade.

No tocante ao **Edital do Pregão** (encaminhado via mídia digital), observa-se o preenchimento dos requisitos imprescindíveis elencados no **art. 3º, incisos I a IV, da Lei nº 10.520/02 c/c o art. 40, e respectivos incisos, da Lei nº 8.666/93**.

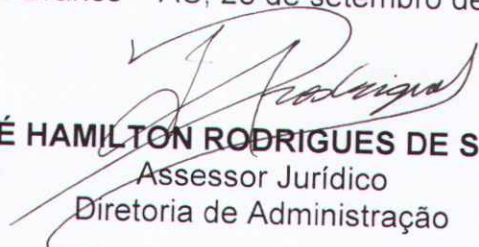
Em atenção às minutas do **Contrato** e da **Ata de Registro de Preços**, verifica-se que ambas atendem às exigências do **art. 15, inc. II, §§ 1º ao 5º e art. 55, e incisos, da Lei de Licitações e Contratos**, estando presentes, nesses instrumentos, as cláusulas obrigatórias.

Do exame dos documentos já referenciados, se encontram atendidas as exigências: da **Lei nº 10.520/02 (Pregão)**; dos **Decretos Federais nº 3.555/00 (Regulamentação do Pregão)** e **nº 7.892/13 (Sistema de Registro de Preços)**; da **Lei Complementar nº 123/06 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP)**; dos **Decretos Estaduais nº 5.966/10 (Regulamento Estadual do tratamento diferenciado a ME e EPP)**, **nº 5.967/10 (Regulamento Estadual do Sistema de Registro de Preços)** e **nº 5.972/10 (Regulamento Estadual do Pregão Presencial)**, no que couber; e, subsidiariamente, da **Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**.

Por todo o exposto – ressaltando que a análise consignada neste parecer se atém às questões jurídicas da instrução processual e do Edital, nos termos do **parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93** –, esta Assessoria Jurídica entende que o procedimento administrativo para abertura de processo licitatório encontra sintonia com o regramento legal pertinente, não havendo óbice para a realização do **PREGÃO PRESENCIAL – SRP – Nº 033/2018**.

**É o parecer.**

Rio Branco – AC, 28 de setembro de 2018.

  
**JOSUÉ HAMILTON RODRIGUES DE S. JÚNIOR**  
Assessor Jurídico  
Diretoria de Administração